

SUMÁRIO

PARTE I

1.	INTRODUÇÃO	25
2.	RELAÇÕES ENTRE VERDADE E PROVA	27
2.1	A verdade como o pressuposto para a prova	27
2.2	Pressupostos do princípio da verdade substancial.....	29
2.3	Verdade substancial e verdade formal.....	33
2.4	Verdade e verossimilhança	36
2.5	A teoria de HABERMAS e a verdade	46
2.6	Verdade e procedimento.....	50
2.7	A concepção de MICHELE TARUFFO	55
2.8	Verdade, pretensão de verdade e processo	58
3.	FINALIDADE DA PROVA	63
4.	DEFINIÇÃO DE PROVA	69
5.	A COGNIÇÃO	75
5.1	A importância da técnica da cognição para a construção de procedimentos adequados aos casos concretos	75
5.2	A técnica da cognição.....	77
5.2.1	A cognição como amplitude e verticalização do conhecimento judicial.....	77
5.2.2	A cognição no sentido horizontal.....	78
5.2.3	A restrição da alegação não pode obstaculizar o acesso à justiça	80
5.2.4	O controle da legitimidade dos procedimentos que limitam a defesa	81
5.2.5	A técnica da cognição sumária	83
5.2.6	A impropriedade de se falar em juízo de probabilidade para se aludir à cognição sumária	86
5.2.7	A relação entre o juízo provisório e o caso concreto	88
5.2.8	A relação entre a intensidade da participação e a coisa julgada material	89
5.2.9	A decisão de cognição exauriente que não gera coisa julgada material.....	90
5.2.10	Cognição exauriente, mas não definitiva	91

5.2.11	A cognição exauriente segundo a eventualidade da prova.....	92
5.2.12	O procedimento de cognição exauriente segundo a eventualidade da prova contra os sujeitos privados	93
5.2.13	Cognição exauriente diante da não apresentação de embargos	94
5.2.14	Estabilização da tutela e ônus da prova na ação inversa.....	94
6.	A QUESTÃO DO CONVENCIMENTO JUDICIAL	97
6.1	Busca da verdade e convicção de verdade	97
6.2	Convicção de verdade e participação do juiz	99
6.3	Limitações da prova pelo processo	101
6.4	A tese sueca sobre o convencimento judicial.....	102
6.5	Acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprincip, Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante	103
6.6	A tese de GERHARD WALTER	104
6.7	Objecções à tese da verossimilhança preponderante.....	106
6.8	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	107
6.9	Os direitos difusos e coletivos e as hipóteses em que a lei afirma que a sentença de improcedência por insuficiência de provas não gera coisa julgada material	112
7.	CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A ADEQUADA COMPREENSÃO DO TEMA DA PROVA....	117
7.1	Prova-se o fato ou a afirmação do fato?.....	117
7.2	Fato direto (primário) e fato indireto (secundário)	118
7.3	Prova direta e prova indireta.....	118
7.4	Precisão dos conceitos de indício, prova indiciária, raciocínio presuntivo e presunção	121
7.5	Sobre presunção e juízo.....	123
7.6	Juízo sobre o mérito: “juízo final” e “juízo provisório”	124
7.7	Juízo sobre o mérito e “juízo instrumental”	125
7.8	Normas de juízo e elementos sobre os quais o juízo de mérito incide...	126
7.9	Presunção, regra de experiência e fato notório (breve distinção)	128
8.	FATOS QUE NÃO DEPENDEM DE PROVA	129
8.1	Prévia consideração	129
8.2	Fatos notórios	129
8.3	Confissão	131
8.4	Não contestação	134
8.4.1	O dever de contestar na forma específica, suas exceções e os efeitos da sua inobservância.....	134
8.4.2	Não contestação e julgamento antecipado parcial do mérito (art. 356, I, do CPC).....	138
8.4.3	Contestação genérica	140
8.4.4	Comparecimento e não apresentação de contestação.....	143
8.5	Presunção legal de existência ou de veracidade.....	144

9.	PROVA DOS DIREITOS MUNICIPAL, ESTADUAL, ESTRANGEIRO E CONSUETUDINÁRIO	147
9.1	Ônus de demonstrar o direito alegado.....	147
9.2	“Alegação do direito”	148
9.3	Direito municipal, direito estadual e direito estrangeiro.....	148
9.4	Costume, fato notório e regra de experiência	148
10.	AS PRESUNÇÕES.....	151
10.1	Introdução	151
10.2	Presunções judiciais.....	153
10.3	Presunções legais relativas	157
10.4	Presunções legais absolutas.....	159
10.5	Conflitos entre presunções.....	162
11.	REGRAS DE EXPERIÊNCIA	163
11.1	Regras de experiência comum e regras de experiência técnica	163
11.2	Regras de experiência comum e regras gerais retiradas da experiência através da via indutiva.....	164
11.3	Controle da aplicação das regras de experiência. A importância da motivação	165
11.4	Critérios para o controle das regras de experiência comum.....	166
11.5	Regras de experiência comum a respeito de questões técnicas, regras de experiência técnica e necessidade de auxílio de profissional técnico	170
11.6	Critérios para o controle das regras de experiência técnica	171
12.	DEVER DE COLABORAÇÃO PARA A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS	173
12.1	Dever de colaboração com o Poder Judiciário	173
12.2	Exclusão do dever de colaboração	174
12.3	O dever de colaboração e o dever de lealdade processual	177
12.4	O dever de lealdade e a fixação dos fatos controvertidos	178
12.5	Deveres de colaboração impostos à parte	179
12.6	Sanções às violações dos deveres de colaboração e de veracidade.....	180
12.7	Os terceiros e o dever de colaboração	183
12.8	Exigibilidade do dever de colaboração frente aos terceiros.....	183
12.9	Colaboração de terceiro e contraditório	184
13.	ÔNUS DA PROVA	185
13.1	O sentido da distribuição do ônus da prova.....	185
13.2	Conceito de ônus, ônus da prova e risco na não produção da prova	193
13.3	Fatos constitutivos, impeditivos, modificativos e extintivos	196
13.4	Prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos e contraprova	199
13.5	Ônus da prova e ônus da alegação	200
13.6	Ônus da prova na ação declaratória negativa.....	201
13.7	A decisão de saneamento e de organização, a fixação dos fatos controvertidos e o deferimento das provas.....	204
13.8	Direito de produzir prova e ônus da prova.....	204

13.9	O estado de dúvida, o dever de decidir e a regra do ônus da prova.....	206
13.10	As tentativas de expulsar a dúvida: o princípio da verossimilhança preponderante e a ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada material. Crítica	206
13.11	Ônus da prova, princípio da aquisição da prova e prova de ofício.....	209
13.12	Posse do documento e ônus da prova documental	210
13.13	Posse do documento e ônus da prova pericial	212
13.14	O procedimento da exibição (arts. 396-404, CPC) e o direito de a parte se recusar a apresentar o documento ou contestar a sua posse.....	213
13.15	A presunção de veracidade do art. 400 do CPC, a inversão do ônus da prova e a prova pericial que não pode ser produzida em razão da não entrega do documento em juízo	214
13.16	A simples posse do meio de prova não é critério justificativo da inversão do ônus da prova	215
13.17	A recusa à perícia médica e a inversão do ônus da prova.....	215
13.18	A recusa do terceiro ao exame médico	217
13.19	As diversas necessidades do direito material e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova na ausência de lei	219
13.20	O Código de 2015 e as situações em que as circunstâncias do caso requerem tratamento diferenciado da regra do ônus da prova: redução das exigências de prova e inversão do ônus da prova.....	221
13.21	A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	223
13.22	Ônus da prova, convicção e motivação.....	232
13.23	A inversão voluntária unilateral do ônus da prova	233
13.24	Modificação convencional do ônus da prova.....	234
13.25	Convenção sobre o ônus da prova e direito indisponível.....	236
13.26	Convenção que torna excessivamente difícil à parte o exercício do direito	237
14.	A REDUÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO JUIZ...	239
14.1	Facilitação da prova, inversão da prova e formação do convencimento judicial	239
14.2	A redução das exigências da prova como consequência da necessidade de se viabilizar tutela jurisdicional efetiva aos direitos	243
14.3	A importância do plano do direito material para a elaboração da convicção	243
14.4	A sociedade de risco e a prova da causalidade.....	245
14.5	A relação das violações de deveres profissionais e de normas de proteção e de prevenção de acidentes com a prova da causalidade.....	246
14.6	O dano provocado pelas chamadas emissões intoleráveis e a prova da causalidade	251
14.7	A prova da simulação	254
15.	FATO TEMIDO E PROVA	257
15.1	A necessidade de alteração de paradigma para se compreender a prova em face da ação inibitória	257

15.2	A ação inibitória, o dano e a culpa. Art. 497, parágrafo único, CPC.....	261
15.3	A ameaça e a ilicitude	264
15.4	A questão da prova da ameaça diante do mandado de segurança e do interdito proibitório	266
15.5	A prova da ameaça no direito estrangeiro	270
15.6	Reconstrução crítica da prova da ameaça	273
15.6.1	A importância da compreensão do mecanismo da presunção para a aferição da ameaça	273
15.6.2	A formação da convicção nas diferentes espécies de ações inibitórias	277
15.6.3	A impossibilidade de produção de prova da ameaça.....	278
16.	PROVA ILÍCITA.....	283
16.1	As provas típicas e atípicas	283
16.2	Os planos dos fatos e das provas.....	285
16.3	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador	286
16.4	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída.....	287
16.5	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova.....	287
16.6	A gravidade da violação.....	288
16.7	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências	290
16.8	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”.....	291
16.9	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF	291
16.10	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil.....	292
16.11	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade.....	294
16.12	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	298
16.13	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimiento inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimiento provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>)	300
16.14	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear	301
16.15	A teoria da descontaminação do julgado	302
17.	A MOTIVAÇÃO.....	305
17.1	Introdução	305
17.2	A prova e a motivação.....	306

17.2.1	A motivação quando das fases de admissão e de produção da prova	306
17.2.2	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes...	309
17.2.3	A explicação do conteúdo das provas	310
17.2.4	A motivação da prova indiciária e da presunção	311
17.2.5	Motivar não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora. O art. 489, § 1.º, IV do CPC.....	312
17.2.6	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas ...	314
17.3	Raciocínio probatório, decisão e justificação.....	315
17.3.1	O método lógico-dedutivo, a nova retórica de Perelman e a justificação racional	315
17.3.2	Raciocínios probatório, decisório e justificativo	317
17.3.3	A justificação da credibilidade das provas	318
17.3.4	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada	320
17.3.5	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato	321
17.3.6	O raciocínio entre o indício e o fato essencial.....	321
17.3.7	Valoração individual e valoração conjunta	325
17.3.8	A valoração conjunta	326
17.3.9	A relação entre as dimensões analítica e sintética	326
17.3.10	Coerência narrativa e construção da verdade processual	327
17.3.11	A coerência lógica	329
17.3.12	A congruência	329
17.3.13	Os graus da coerência e da congruência	331
17.3.14	Uma melhor explicação da integração entre os métodos analítico e sintético	331
18.	A COMPREENSÃO DE ALGUMAS “PROVAS ESPECIAIS”	335
18.1	Introdução	335
18.2	A prova escrita.....	336
18.2.1	Não há definição legal de prova escrita no direito brasileiro...	336
18.2.2	A “prova escrita” diante dos escopos do procedimento monitorio.....	336
18.2.3	A distinção entre a prova escrita suficiente para a concessão do mandado e a prova escrita capaz de autorizar a tutela antecipatória nos embargos ao mandado	338
18.2.4	Segue: a “prova escrita” que viabiliza a ação monitoria	340
18.2.5	A prova escrita pode ser composta por dois ou mais escritos suficientes para fazer surgir um razoável índice de probabilidade de que o autor é o titular do direito que afirma possuir	341
18.2.6	A dupla face do procedimento monitorio diante da problemática da cognição.....	342
18.2.7	A cognição exauriente <i>secundum eventum defensionis</i> e a cognição exauriente por ficção legal	342
18.2.8	A natureza do procedimento dos embargos ao mandado.....	343
18.2.9	O erro de pensar que o procedimento monitorio não pode ser utilizado nas causas que exigem cognição plena e exauriente	344

18.2.10	Consequência da constatação de que o procedimento moni- tório viabiliza a ampla defesa: a possibilidade de uma melhor compreensão do conceito de prova escrita	344
18.3	A prova do chamado “direito líquido e certo”	345
18.4	A prova na tutela antecipada	351
19.	O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO, O PRINCÍPIO DA ORALIDADE E A PROVA.....	379
20.	REEXAME DA PROVA DIANTE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	387
20.1	Aferição dos critérios jurídicos para a utilização da prova e para a formação da convicção judicial	387
20.2	Prova, motivação e qualificação jurídica dos fatos.....	391
20.3	Prova essencial à validade do ato jurídico.....	393
20.4	Uso de prova incompatível com determinado procedimento	393
20.5	Discussão sobre a qualidade da prova necessária ao uso do procedi- mento.....	394
20.6	Convicção de verossimilhança	394
20.7	Desconsideração da convicção suficiente.....	395
20.8	Redução das exigências de prova e direito material	396
20.9	Inversão do ônus da prova, verossimilhança da alegação e hipossufici- ência. O art. 373, § 1.º, do CPC e a “excessiva dificuldade” de produzir a prova	397
20.10	Determinação da credibilidade da prova	400
20.11	Regras de experiência e presunções judiciais	401
20.12	Começo de prova escrita	401
20.13	Fatos que apenas podem ser demonstrados mediante as provas docu- mental e pericial.....	402
20.14	Valor da prova pericial.....	403
20.15	A questão da coerência lógica da decisão.....	404
20.16	A congruência da decisão	404
20.17	Erro na compreensão da prova em abstrato	405
20.18	Prova ilícita	406
20.19	Decisão acerca de fatos que não dependem de prova	406
20.20	Recurso especial e admissão de revisão de condenações em valores irrisórios ou exagerados	410
21.	A CONDUTA PROCESSUAL DOS SUJEITOS COMO MEIO DE PROVA.....	413
21.1	A importância do comportamento dos sujeitos para o processo	413
21.2	A valoração legal da conduta processual dos sujeitos	414
21.3	A conduta dos sujeitos processuais como prova atípica.....	416
22.	A PROVA ESTATÍSTICA.....	419
22.1	Questões preliminares.....	419
22.2	Classificação da prova estatística.....	425
22.3	Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração	427

23. FATOS CONSTITUCIONAIS.....	431
23.1 Introdução	431
23.2 Fatos constitucionais e fatos do caso	432
23.3 Os fatos legislativos enquanto fatos constitucionais.....	433
23.4. A concretização das normas constitucionais com base nos fatos	437
23.5 A experiência das Cortes quanto aos fatos constitucionais.....	440
24. A NATUREZA DAS REGRAS SOBRE PROVA.....	449
24.1 A visão da natureza material das regras sobre prova	449
24.2 A ótica da natureza processual das regras sobre prova	451
24.3 Uma tese conciliatória.....	452
24.4 A orientação aqui defendida.....	454
25. CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA	457
25.1 Liberdade e processo civil	457
25.2 Convenção processual, liberdade e fins do processo	461
25.3 Convenção sobre a prova e convicção judicial.....	462
25.4 Convenção em benefício da formação da convicção.....	463
25.5 Convenção sobre prova e regra de exclusão	464
25.6 Poderes do juiz e convenção sobre a prova	465
25.7 Convenção sobre prova e imprescindibilidade da devida convicção para a realização do direito fundamental à tutela jurisdicional e para o cumprimento do dever de o juiz prestá-la devidamente	466
25.8 Convenção limitadora da prova e arbitragem.....	470
25.9 Os terceiros e a sociedade como destinatários da prova	471
25.10 Convenção sobre prova e coisa julgada sobre questão.....	472
25.11 A importância da devida informação sobre os fatos para o desenvolvimento do direito e para a garantia da sua unidade	476
25.12 Convenção sobre prova, segurança jurídica, liberdade e igualdade	479

PARTE II

1. DA ATA NOTARIAL	485
2. DO DEPOIMENTO DA PARTE.....	489
2.1 Considerações gerais.....	490
2.2 Depoimento da parte e interrogatório livre	490
2.3 Sujeitos do depoimento.....	492
2.3.1 Representantes e depoimento da parte.....	494
2.4 Natureza jurídica do depoimento.....	498
2.5 Interrogatório livre.....	499
2.5.1 Confissão ficta e interrogatório livre	500
2.5.2 Regime diferenciado do interrogatório livre em relação ao depoimento da parte	502
2.5.3 Interrogatório de incapaz.....	503
2.5.4 Colheita do interrogatório livre.....	504

2.6	Depoimento da parte.....	506
2.6.1	Depoimento de estrangeiro	508
2.6.2	Juízo de admissibilidade do depoimento da parte	509
2.6.3	Depoimento e dever de dizer a verdade.....	509
2.6.4	Intimação pessoal para o depoimento	512
2.6.5	Momento da produção do depoimento	514
2.6.6	Confissão ficta.....	515
2.6.7	Ausência justificada ao depoimento.....	517
2.6.8	Imposição da confissão ficta por ausência injustificada do depoente	518
2.6.9	Natureza da presunção decorrente da confissão ficta	518
2.6.10	Exclusão de efeitos da confissão ficta	521
2.6.11	Antecipação da colheita do depoimento da parte	522
2.7	Regime do depoimento da parte e do interrogatório livre.....	523
2.7.1	Forma da produção do depoimento da parte.....	524
2.7.2	Oralidade do depoimento da parte.....	526
2.7.3	Isolamento do depoente.....	528
2.7.4	Comparecimento pessoal do depoente. Depoimento por procurador.....	529
2.7.5	Objeto do depoimento	532
2.7.6	Ausência do dever de articulação prévia dos fatos.....	532
2.7.7	Oferecimento escrito do depoimento	533
2.7.8	Escritos e consulta a notas breves.....	533
2.8	A confissão ficta no depoimento da parte	535
2.8.1	Justo motivo.....	536
2.8.2	Evasivas que geram confissão ficta	537
2.8.3	Declaração de motivo justo	538
2.8.4	Esquecimento, ignorância e confissão ficta	539
2.9	Regras de exclusão do dever de depor	542
2.9.1	Imputação de fatos criminosos ou torpes.....	544
2.9.2	Dever de sigilo	547
2.9.3	Desonra própria ou a parente em grau sucessível.....	549
2.9.4	Risco de vida ao depoente ou a parente em grau sucessível	550
2.9.5	O sujeito da avaliação da regra de privilégio.....	550
2.9.6	Exceções às regras de exclusão.....	551
3.	DA CONFISSÃO	553
3.1	Conceito de confissão	554
3.2	Natureza da confissão	557
3.3	Elementos da confissão	558
3.4	Confissão e institutos afins.....	562
3.5	Confissão efetiva e confissão ficta.....	565
3.6	Força vinculante da confissão. Duplo valor da confissão.....	567
3.7	Confissão judicial e extrajudicial	568
3.8	Confissão espontânea e provocada.....	570
3.9	Confissão prestada a juiz incompetente	571

3.10	Confissão por representante.....	572
3.10.1	Poderes especiais do mandato para a confissão	574
3.10.2	Força vinculante da confissão prestada por representante	575
3.11	Eficácia subjetiva da confissão judicial. Confissão como ato negocial e como meio de prova.....	576
3.11.1	Valor da confissão perante os herdeiros do confitente	577
3.11.2	Confissão e litisconsórcio	578
3.12	Os cônjuges e a confissão	580
3.13	Confissão e direitos indisponíveis.....	581
3.13.1	Limitação objetiva à eficácia da confissão	582
3.13.2	Indisponibilidade do direito e eficácia da confissão	583
3.13.3	Outros limites objetivos à eficácia da confissão	583
3.14	Confissão como ato de vontade. Os vícios da vontade e a confissão	584
3.14.1	Vícios de consentimento e confissão	585
3.14.2	Erro de fato e coação na confissão	586
3.14.3	Particular condição do dolo em relação à confissão.....	587
3.14.4	Erro que legitima a anulação da confissão	589
3.14.5	Erro de direito e confissão.....	591
3.14.6	Coação física, coação moral e confissão	592
3.14.7	Outros vícios do consentimento e anulação da confissão	594
3.14.8	Vias processuais para a anulação da confissão	595
3.14.9	Ação anulatória e confissão.....	596
3.14.10	Ação anulatória e pendência do exame da confissão pelo tribunal.....	596
3.14.11	Ação rescisória e confissão	597
3.14.12	<i>Iudicium rescissorium</i> e confissão.....	598
3.14.13	Legitimação ativa para as ações	599
3.14.14	Antecipação de tutela nestas ações.....	600
3.15	Eficácia da confissão extrajudicial.....	601
3.15.1	Confissão extrajudicial verbal e escrita	602
3.15.2	Fundamento para o regime diferenciado da confissão escrita e oral	602
3.15.3	Prova literal.....	603
3.16	Indivisibilidade da confissão	603
3.16.1	Confissão simples e complexa.....	604
3.16.2	Divisibilidade da confissão.....	606
3.16.3	Natureza da presunção decorrente da indivisibilidade da confissão	607
4.	DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA.....	609
4.1	Colocação da matéria	609
4.2	Exibição e dever de colaboração.....	610
4.3	O incidente de exibição	612
4.3.1	Natureza da exibição.....	612
4.3.2	Fundamento do dever de exibição	613
4.3.3	Pessoas sujeitas ao dever de exibição	615

4.3.4	Objeto da exibição	617
4.4	O incidente de exibição contra a parte.....	619
4.4.1	Deliberação preliminar sobre a exibição	622
4.4.2	Intimação do requerido para a exibição e condutas possíveis.....	623
4.4.3	Instrução do incidente de exibição.....	625
4.4.4	Inadmissibilidade da recusa à exibição	626
4.4.5	Decisão do incidente contra a parte.....	629
4.4.6	Excludentes da presunção	634
4.5	Ação de exibição contra terceiro.....	634
4.5.1	Determinação de ofício da exibição em face de terceiro.....	635
4.5.2	Dever de exibição do terceiro	636
4.5.3	Atitude do terceiro frente à ação de exibição	637
4.5.4	Decisão da exibição contra terceiro	639
4.5.5	Cumprimento espontâneo da ordem de exibição.....	641
4.5.6	Recusa no cumprimento da exibição pelo terceiro	641
4.5.7	Destinação do documento após a exibição	642
4.6	Regras de privilégio.....	643
4.6.1	Documentos referentes a negócios da família.....	644
4.6.2	Violação do dever de honra, desonra e perigo de ação penal.....	646
4.6.3	Sigilos	648
4.6.4	Outras hipóteses de exclusão do dever de exhibir	649
4.6.5	Possibilidade da exibição não obrigatória	649
4.6.6	Exibição parcial	650
4.7	Exibição de documento pelo Poder Público	650
4.7.1	Fundamento do dever de colaboração da Administração Pública.....	651
4.7.2	Função subsidiária do art. 438 do CPC.....	655
4.7.3	Procedimento da requisição de documentos à Administração Pública.....	656
4.7.4	Cópias dos documentos e restituição dos originais	658
5.	DA PROVA DOCUMENTAL	661
5.1	Noções introdutórias	662
5.2	Definição.....	664
5.3	Documento e prova documental	667
5.4	Documento, instrumento e monumento.....	669
5.5	Elementos da prova documental. Início de prova escrita.....	670
5.6	Autoria do documento. Documento público e particular. Subscrição. Autenticidade.....	675
5.7	Prova documental e novos meios tecnológicos	678
5.7.1	A fotografia digital	688
5.8	Documentos por <i>fac-simile</i>	690
5.9	Força probante dos documentos públicos.....	692
5.9.1	Documento público	692
5.9.2	Documento e instrumento público	693

5.9.3	Prova da formação e do ocorrido na presença do oficial público.....	695
5.9.4	Documento público e agentes públicos.....	698
5.10	As cópias de documentos públicos e particulares e seu valor probante.....	701
5.10.1	Classificação das cópias.....	701
5.10.2	Valor probante das reproduções.....	702
5.10.3	Condicionantes do valor probatório da cópia.....	702
5.10.4	Ressalva quanto à concordância do valor probante da cópia....	707
5.10.5	Cópias por <i>fac-símile</i>	707
5.11	Documentos essenciais.....	708
5.11.1	Exceções à regra do documento essencial.....	710
5.11.2	Forma natural ao negócio jurídico.....	712
5.12	Documento público irregular.....	713
5.12.1	Conversão e subscrição.....	716
5.13	Documento particular. Definição e elementos.....	717
5.13.1	Valor probante do documento particular.....	720
5.13.2	Declarações narrativas e constitutivas.....	723
5.14	Autenticidade.....	724
5.14.1	Autenticação. Reconhecimento de firma.....	726
5.15	Data do documento.....	727
5.15.1	Avaliação da data do documento.....	729
5.16	Autoria do documento.....	731
5.16.1	Autoria e subscrição. Exame da autoria do documento.....	732
5.16.2	Dispensa de subscrição.....	733
5.16.3	Impugnação de autenticidade.....	734
5.16.4	Eficácia probatória do documento e autenticidade.....	739
5.17	Indivisibilidade do documento.....	741
5.18	Provas documentais por telegrama, radiograma ou outro meio de transmissão.....	742
5.18.1	CrITÉRIOS de eficácia probante dos meios de transmissão de dados.....	743
5.18.2	Valor probante dos meios de transmissão de dados.....	745
5.18.3	Presunção de conformidade.....	745
5.18.4	Recepção por terceiro.....	746
5.19	Documentos unilaterais.....	747
5.19.1	Noções elementares dos documentos unilaterais: cartas e registros domésticos.....	748
5.19.2	Valor probante dos documentos unilaterais.....	749
5.19.3	Eficácia probatória das notas do credor no título de obrigação.....	753
5.20	Força probante dos livros empresariais.....	755
5.20.1	Força probante dos livros empresariais e confissão.....	756
5.20.2	Prova dos livros empresariais a favor do empresário.....	758
5.20.3	Força probante dos escritos mercantis e prova solene.....	762
5.20.4	Indivisibilidade da escritura contábil.....	763

5.20.5	Indivisibilidade da escrituração contábil e prova a favor e contra o empresário	764
5.20.6	Presunção relativa de indivisibilidade	765
5.20.7	Incidente de exibição de documentos empresariais	766
5.20.8	Exibição parcial de documentos empresariais	774
5.21	Provas documentais não escritas	775
5.21.1	Valor probatório das reproduções mecânicas. Conformidade	777
5.21.2	Impugnação da reprodução e verificação da conformidade....	779
5.21.3	Reproduções fonográficas e interceptação telefônica	780
5.22	Reproduções de documentos particulares e seu valor probante.....	780
5.23	Força probante das cópias de documentos particulares.....	783
5.24	A prova fotográfica	784
5.25	Valor probante de documentos defeituosos	785
5.25.1	Documentos defeituosos sem ressalva	787
5.26	Falsidade documental	788
5.26.1	Modalidades de falsificação.....	790
5.26.2	Valor probante do documento falso	792
5.26.3	Cessação da fé de documentos particulares.....	793
5.27	A arguição de falsidade documental	800
5.27.1	Natureza da arguição incidental da falsidade documental.....	801
5.27.2	Objeto da arguição de falsidade.....	802
5.27.3	Arguição de falsidade material e ideológica.....	805
5.27.4	Ônus da prova na arguição de falsidade documental.....	809
5.27.5	Momento da arguição do incidente de falsidade.....	812
5.27.6	Legitimidade e interesse para o incidente.....	815
5.27.7	Processos em que é cabível o incidente	819
5.27.8	Procedimento do incidente de falsidade.....	820
5.27.9	Natureza jurídica do ato do juiz que encerra o incidente	826
5.28	Produção da prova documental.....	833
5.28.1	Documentos novos	839
5.28.2	Contraditório na produção da prova documental	843
6.	DA PROVA TESTEMUNHAL	847
6.1	Primeiras considerações.....	848
6.2	Objeto da prova testemunhal	849
6.3	Testemunha referencial	850
6.4	Teleconferência	850
6.5	Fatos confessados.....	852
6.6	Dispensa da prova testemunhal sobre fatos já provados documental- mente.....	852
6.7	Fatos que só podem ser provados por outros meios de prova	853
6.8	Inexistência de cerceamento de defesa no indeferimento da prova testemunhal	856
6.9	Prova exclusivamente testemunhal.....	856

6.9.1	Prova exclusivamente testemunhal e interpretação do contrato	856
6.9.2	Terceiros e proibição da prova exclusivamente testemunhal	857
6.9.3	Documento proveniente de qualquer das partes	857
6.9.4	Começo de prova escrita e probabilidade	858
6.9.5	Começo de prova escrita e documento	859
6.9.6	Começo de prova escrita e terceiro	859
6.9.7	Impossibilidade moral ou material de obtenção de prova escrita	860
6.9.8	Prova testemunhal e a prova do pagamento e da remissão de dívida	860
6.10	Fatos sempre comprováveis por testemunhas	861
6.10.1	Prova testemunhal na simulação	861
6.10.2	Sujeito interessado e emprego da prova testemunhal	862
6.10.3	Princípio da contigação e cindibilidade do negócio jurídico...	862
6.11	Condição subjetiva da testemunha	863
6.11.1	Depoimento de menor	865
6.11.2	Interdito por demência e doente mental	866
6.11.3	Cego e surdo	868
6.11.4	Impedimento	869
6.11.5	Cônjuge, companheiro, ascendente, descendente e colateral	869
6.11.6	Admissão do depoimento do cônjuge, do companheiro, do ascendente, do descendente e do colateral	871
6.11.7	Impedimento da parte e de pessoas diretamente ligadas aos sujeitos principais do processo	871
6.11.8	Inimigo e amigo íntimo	873
6.11.9	Interessado no litígio	874
6.11.10	Depoimento na qualidade de informante	875
6.12	Regras de exclusão. Cônjuge, companheiro e parentes	877
6.12.1	Sigilo profissional	878
6.12.2	Limitação da exclusão do dever de depor ao fato específico ...	879
6.12.3	Exclusão do dever de depor e informante	879
6.13	Da produção da prova testemunhal	880
6.13.1	Requerimento da prova testemunhal	882
6.13.2	Arbitramento do prazo pelo juiz	883
6.13.3	Crítérios para a fixação do prazo	884
6.13.4	Contagem do prazo para a apresentação do rol de testemunhas	884
6.13.5	Qualificação da testemunha	885
6.13.6	Unidade da audiência	885
6.13.7	Desistência da testemunha arrolada	885
6.13.8	Preclusão da impugnação	886
6.13.9	Embargos à execução	886
6.13.10	Limite do número de testemunhas	886
6.13.11	Substituição de testemunha arrolada	887

6.13.12	Juiz da causa como testemunha	889
6.13.13	Princípios da oralidade e da imediatidade e local da colheita do depoimento das testemunhas	889
6.13.14	Oitiva de autoridades	890
6.13.15	Procedimento para a colheita do depoimento de autoridade	891
6.13.16	O comparecimento da testemunha	892
6.13.17	A intimação da testemunha para o depoimento	892
6.13.18	Oitiva das testemunhas	894
6.13.19	Contradita da testemunha	897
6.13.20	Exclusão do dever de depor	898
6.13.21	Advertência à testemunha de dizer a verdade.....	898
6.13.22	Registro do depoimento	899
6.13.23	Poderes instrutórios do juiz e prova testemunhal	900
6.13.24	Testemunha referida	900
6.13.25	Acareação.....	902
6.13.26	Depoimento como <i>munus</i> público.....	903
6.14	Impossibilidade de produzir prova em audiência	904
6.14.1	Provas que devem ser feitas em audiência e provas que podem ser complementadas em audiência.....	904
6.14.2	O princípio da oralidade	904
6.14.3	Exceções ao dever de prestar depoimento pessoal em audiência	904
6.14.4	Não comparecimento à audiência sem justificativa prévia	905
6.14.5	A questão do depoimento antecipado	905
6.15	Produção de provas mediante cartas precatória e rogatória	906
6.15.1	Produção de prova através de carta precatória ou carta rogatória e suspensão do processo	906
6.15.2	Carta devolvida até o “julgamento final” (quando já interposto recurso de apelação).....	907
7.	DA PROVA PERICIAL.....	909
7.1	A colaboração técnica para a formação do juízo	910
7.2	O perito e os assistentes técnicos.....	915
7.3	O direito ao perito competente e imparcial.....	916
7.4	Rejeição da prova técnica	917
7.5	Modalidades de prova pericial.....	918
7.6	Exigibilidade da submissão à prova pericial	919
7.7	Terceiros estranhos ao processo e impugnação contra a imposição de prova pericial	921
7.8	Prazo para o laudo pericial e para os pareceres técnicos	921
7.9	Prazo para a apresentação de quesitos e de assistente técnico.....	921
7.10	Inquirição do perito e dos assistentes	923
7.11	Fixação de honorários periciais.....	924
7.12	Dever de cumprimento escrupuloso da perícia	925
7.13	Parcialidade dos assistentes.....	926
7.14	Escusa do perito	926

7.14.1	Impedimento e suspeição do perito	926
7.14.2	Procedimento da arguição de impedimento e suspeição do perito	927
7.15	Substituição do perito	928
7.15.1	Sanções ao perito substituído.....	928
7.15.2	Impugnação pelo perito da decisão sobre seu impedimento ou suspeição	929
7.15.3	Indicação do perito pelas partes.....	929
7.16	Quesitos suplementares	930
7.16.1	Contraditório sobre os quesitos suplementares	930
7.17	Quesitos impertinentes	931
7.17.1	Exame do quesito impertinente em grau de recurso.....	931
7.18	Quesitos formulados de ofício.....	932
7.19	Dispensa da prova pericial.....	932
7.19.1	Parecer técnico e dispensa da prova pericial.....	932
7.19.2	Documentos e dispensa da prova pericial	933
7.20	Perícias por carta.....	934
7.21	Instrução do laudo pericial.....	934
7.21.1	Limitação do poder do perito e dos assistentes técnicos.....	935
7.21.2	Defesa do terceiro diante das determinações periciais.....	935
7.21.3	Prova testemunhal e depoimento ao perito	935
7.22	Contraditório na prova pericial.....	936
7.23	Perícia complexa.....	937
7.23.1	Indicação pela parte de mais de um assistente.....	937
7.24	Prorrogação do prazo para entrega do laudo e motivação judicial	938
7.25	Início da fluência do prazo para a juntada dos pareceres	939
7.25.1	Ciência da juntada do laudo pelo advogado	939
7.25.2	Prazo comum de quinze dias para a apresentação dos pareceres e das manifestações	939
7.25.3	Apresentação do laudo, dos pareceres e solicitação de esclarecimentos	940
7.25.4	Apresentação do laudo e dos pareceres técnicos e esclarecimentos prestados na audiência de instrução e julgamento.....	941
7.26	Perícia por estabelecimentos oficiais.....	941
7.26.1	Perícia sobre a autenticidade de letra ou firma	942
7.27	Obrigatoriedade do comparecimento do perito e dos assistentes em audiência.....	942
7.27.1	Pedido de esclarecimentos sob a forma de quesitos.....	943
7.27.2	Legitimados a pedir esclarecimentos.....	943
7.27.3	Quando os esclarecimentos devem ser dirigidos ao juiz e quando devem ser endereçados aos assistentes	943
7.27.4	Novos esclarecimentos	943
7.28	Valor relativo da prova pericial.....	943
7.29	Segunda perícia.....	944
7.29.1	Objeto da segunda perícia.....	945
7.29.2	Descabimento da segunda perícia	946

7.29.3	Segunda perícia e inspeção judicial.....	946
7.29.4	Necessidade de esclarecimento de outro fato ou de prova pericial com outro fim.....	946
7.29.5	Disciplina da segunda perícia.....	947
7.29.6	Coexistência de ambas as perícias.....	947
8.	DA INSPEÇÃO JUDICIAL	949
8.1	Primeiras considerações.....	949
8.2	Inspeção judicial a requerimento da parte ou determinada de ofício....	949
8.3	Objeto da inspeção judicial	950
8.4	Fundamentação da inspeção judicial	950
8.5	Negativa de sujeição à inspeção.....	951
8.6	Auxílio de perito na inspeção judicial	951
8.7	Inspeção direta e indireta	952
8.8	Inspeção judicial indireta e prova pericial	952
8.9	Inspeções realizadas fora da sede do juízo	953
8.10	Melhor verificação dos fatos.....	953
8.11	Impossibilidade de apresentação da coisa em juízo	954
8.12	Reconstituição dos fatos.....	954
8.13	Acompanhamento da inspeção judicial pelas partes	954
8.14	Auto de inspeção	955
8.15	Instrução do auto de inspeção	955
	BIBLIOGRAFIA	957